

## IMAGENS DA CIDADE POR UMA COMUNIDADE DISCURSIVA

*José Almir Farias Filho*

### **Resumo**

A última década do século XX constitui um importante ponto de inflexão na circulação de ideias sobre urbanismo e planejamento urbano no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, uma crise urbana endêmica dará margem a uma conjunção de autoridades locais, principais agentes econômicos, arquitetos e acadêmicos em torno de uma nova prática urbanística, hoje conhecida como “urbanismo estratégico” ou “planejamento por projetos”. Ao revisitar o período, este artigo considera que toda prática urbanística é ressonância da cultura de uma cidade, e que resulta da relação entre os modos de institucionalização de um *savoir-faire* e os modos de eclosão de alianças, cooperação e de resistências. Sendo assim, examina-se aqui a hipótese de que essa prática urbanística deu lugar a uma comunidade discursiva que terá como arena de comunicação os novos instrumentais do neoliberalismo e os postulados do pensamento pós-moderno, sobretudo aqueles referentes à intervenção física e à estratégia político-econômica de gestão urbana. Em seus discursos, os membros desta comunidade discursiva operam fragmentos imagéticos da cidade, resultando em uma superposição de imagens do desejo e sua inevitável colisão com imagens dialéticas. O principal resultado dessa experiência foi a configuração de um modelo de governança urbana baseado na qualificação do capital geocultural da cidade, e que reduziu drasticamente a reflexão sobre políticas emancipadoras, como aquela que se convencionou chamar de reforma urbana.

**Palavras-chave:** Urbanismo Estratégico, Neoliberalismo, Cultura Urbanística, Comunidade Discursiva, Rio de Janeiro-RJ.

As cidades são locais da mitologia moderna...

W. Benjamin

### **1. Introdução**

A década de 1990 se inicia com a promessa de consolidar o estado democrático previsto na Constituição de 1988 e superar uma prolongada crise econômica. No plano nacional materializa-se o primeiro projeto brasileiro neoliberal articulado de forma coerente, abrindo o país para a desregulamentação, privatização e globalização. Com a descentralização fiscal e a autonomia política, os governos locais atinados com a política neoliberal passam a desenvolver novas estratégias de gestão urbana, provocando a mudança do modelo de prática urbanística, que ganha um novo rosto com o deslocamento das prioridades para a produtividade e a competitividade entre cidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, uma crise urbana endêmica dará margem à celebração daquilo que é hoje conhecido como “urbanismo estratégico” ou “planejamento por projetos” (Vainer, 2000; Sánchez, 2003). Ao longo das administrações de Cesar Maia

(1993-1997) e Luiz Paulo Conde (1997-2001), o urbanismo estratégico abandonará todos os ideais de planejamento relacionados com o passado recente, voltando-se para a ação pragmática e flexível, em uma animação que busca não apenas resultados físicos, mas também resgatar as qualidades geoculturais de um ambiente urbano deprimido.

Essa nova prática urbanística, e esta é a hipótese deste artigo, dará ensejo a um singular arranjo de atores (políticos, econômicos e intelectuais) resultando na formação de uma comunidade discursiva que terá como arena de comunicação os novos instrumentais do neoliberalismo e os postulados do pensamento pós-moderno, sobretudo aqueles referentes à intervenção física e à estratégia político-econômica de gestão urbana. Em seus discursos, os membros desta comunidade discursiva operam fragmentos imagéticos da cidade, resultando em uma superposição de imagens do desejo e sua inevitável colisão com imagens dialéticas. Quem são estes atores e como eles dialogam para esclarecer as bases da ação coletiva em curso? Quais as imagens que sintetizam? Qual o seu papel e contribuição no processo? Eis as questões que pretendemos explorar neste trabalho.

Inicialmente, cabe esclarecer, que adotamos aqui o conceito de Swales (1990) de comunidade discursiva; pois ainda que formulado no âmbito dos estudos de linguística, ele tem sido utilizado por estudiosos que assumem uma perspectiva de análise da ação social em suas pesquisas. Uma comunidade discursiva corresponde a uma rede socioretórica que se forma a fim de atuar em torno de um conjunto de temas comuns. Não se trata de grupos acabados e herméticos, mas algo em evolução, capaz de expandir seu léxico e reformular seus objetivos. Uma comunidade discursiva articula seus membros por meio de persuasão ou confrontação, sendo que sua instabilidade decorre dos conflitos que tendem a separar as pessoas em termos de ocupação ou grupos de interesses (Swales, 1992). Para nós, trata-se de uma noção próxima à de “campo” que, de acordo com Bourdieu, serve para construir a informação como expressão cultural de sujeitos posicionados pela estrutura, isto é, por um conjunto de instituições sociais, indivíduos e discursos que se suportam mutuamente (Bonnewitz, 2002). Uma comunidade discursiva seria, assim, um local de luta, onde seus membros competem pelo controle de capitais específicos.

Na comunidade discursiva do urbanismo estratégico destacam-se três grupos de atores. O primeiro é representado pelas lideranças políticas e empresariais que investem, particularmente, em construções discursivas de lealdades, trabalhando no plano simbólico a ideação de um consenso para legitimar sua estratégia de desenvolvimento. No segundo, situam-se os protagonistas da produção arquitetural-urbanística, os arquitetos, que articulam intervenções urbanas pós-modernas, alcançando assim ganhos de posição e de ocupação. No

terceiro, abrigam-se os membros da academia, professores e pesquisadores que buscam refletir sobre o conteúdo de uma micropolítica cultural, ora contribuindo para o significado operativo do urbanismo estratégico, ora lançando uma crítica contundente ao processo.

Para entender o alcance dessas posições, buscamos amparo no método interpretativo de Walter Benjamin, ou seja, aquele que, se colocando como instrumento da historiografia, revolve impetuosamente seus objetos até que seus elementos concretos, numeráveis, revelem a representação daquilo que neles há de indizível e de inapropriável. Mas, a interpretação é tão somente uma possibilidade de compreensão da realidade, pois a verdade que emana da contemplação dos objetos é ela mesma essencialmente contemplativa, e não cativa da apreensão categorial. Afinal, o que é a verdade? “Não será aquilo que [em um poema] se reconhece em geral como o inapreensível, o misterioso, o ‘poético’? Aquilo que o tradutor só pode restituir ao tornar-se, ele mesmo, um poeta?” (Benjamin, 2004, p.9).

Posto assim, recorreremos particularmente às noções de “imagem do desejo” e de “imagem dialética”, duas categorias exploradas por Benjamin. As imagens do desejo são aquelas que possuem um elemento utópico, prospectivo, nas quais se busca superar e transfigurar a imaturidade do produto social, assim como os defeitos da ordem social de produção. Em sua ambiguidade, estas imagens remetem a um futuro idealizado e servem no presente ao controle social. A imagem dialética aparece como a imagem onírica posta para a interpretação pelo historiador materialista na experiência do “despertar” (Bolle, 1994). A natureza dialética da imagem é de concentrar uma potência crítica e reflexiva do indivíduo em meio à metrópole contemporânea, oferecendo uma possibilidade de emancipação do sujeito.

No período analisado, a produção de imagens do desejo e imagens dialéticas sobre e para a cidade do Rio de Janeiro, resulta das tensões que se acham presentes em todo relato materialista do processo de circulação do capital e de organização do sistema de trabalho. Essas imagens também decorrem dos novos recursos possibilitados pelas tecnologias de informação e intensa circulação de ideias entre saberes constituídos. Com elas, descortina-se um cenário cultural do qual brotam e se movimentam: as laboriosas maquinações da ideologia neoliberal a vestir com roupa nova o velho corpo urbano; uma tropa manufatureira esforçando-se para superar o ascetismo, o falocentrismo e o autoritarismo do modernismo em arquitetura e urbanismo; e as especulações críticas de uma agremiação que, na busca das singularidades da ação em curso, desvela conhecimentos discrepantes.

## **2 A cidade-mercadoria e o factóide: fantasmagorias pós-modernas**

Ao ganhar as eleições municipais de 1993, o economista Cesar Maia (PFL) terá êxito em estabelecer um projeto de lei de desregulamentação, como seria de esperar, mas também em bloquear os avanços reformistas previstos no Plano Diretor Decenal de 1992. Este plano, que sintetizava as reivindicações populares da década de 1980 por uma reforma imbuída de reverter o quadro secular de desigualdade urbana, havia gerado muita desconfiança entre as forças econômicas da cidade. Os empresários questionavam, sobretudo, os novos instrumentos de controle do uso e do solo urbano, especialmente o solo criado (Araújo Filho, 1993).

Em um contexto político-econômico favorável, Maia engendra o 'Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro', formalizando um consórcio contando com a adesão de dezenas de empresas públicas e privadas. Para seus propositores, o plano estratégico não constituía um simples plano de governo ou plano econômico, mas um pacto entre governo e setores empresariais em torno do objetivo comum de acabar com a decadência econômica do Rio de Janeiro. Os empresários reclamam que a cidade tinha sido vítima da insuficiência de investimentos, da transferência para São Paulo de grandes empresas (especialmente do setor financeiro), do bloqueio de programas e contratos estaduais, do anúncio da falência das finanças municipais e do descrédito da população em relação aos representantes locais.

Apresentado como alternativo ao modelo normativo, diretivo e rígido dos "velhos" instrumentos, como o zoneamento urbano e o Plano Diretor, o plano estratégico é considerado o mais apto para estimular o desenvolvimento das grandes cidades. A transposição da abordagem estratégica para a gestão urbana é justificada pelo fato de que as cidades passam por "mutações idênticas" àquelas vividas pelas empresas. Para ganhar mais competitividade a cidade precisa estimular a convergência dos agentes locais, tendo como base a capacidade intelectual e recursos organizacionais, humanos e financeiros. O plano estratégico será, portanto, o toque de lançamento de uma nova prática urbanística certificada pelo enfoque neoliberal.

A parceria governo-empresários se apresenta, então, como uma oportunidade para resolver três grandes problemas que afetam o Rio: a escassez de recursos para infraestrutura urbana; a frágil legitimidade das instituições públicas e sua baixa capacidade de articulação social; e a ineficiência da máquina administrativa no desempenho dos serviços públicos. O envolvimento da iniciativa privada pressupunha, obviamente, uma expectativa de repartição de lucros. Ela se interessa, sobretudo, por questões como a privatização e

descentralização dos serviços públicos, focando-se na definição de responsabilidades e na aplicação dos recursos das empresas concessionárias.

"Rio: cidade global!", anuncia-se com fanfarras nos jornais. Toda uma visão instrumental da cidade emerge consubstanciada na metáfora da cidade-mercadoria. Imagem emblemática da modernidade contemporânea, a "cidade-ator" é orientada pelo critério de racionalidade operacional técnico-econômico, ou seja, a busca de eficiência, conforme se define na linguagem utilitarista de desenvolvimento, de produtividade e lucro. Para tanto é necessário uma maior liberdade de ação dos grandes operadores fundiários e imobiliários, de modo que eles possam criar centros comerciais e empresariais, instalar parques de atividades de ponta em zonas industriais e centros empresariais. Cada operação deve ao mesmo tempo encontrar seu lugar na cidade globalizada e competitiva, de acordo com as externalidades oferecidas pela aglomeração.

Neste quadro, projetos urbanos concretos (como o Teleporto, o RioCidade e o FavelaBairro) misturam-se a projetos imaginários (como o trem de levitação magnética para a Barra de Tijuca, a revitalização portuária, a candidatura da cidade a sede dos Jogos Olímpicos de 2004, etc.). Toda imagem que transmitisse a "energia" e o "empreendedorismo" da cidade era bem-vinda e rapidamente veiculada na mídia, visando atrair investimentos de capital privado, inclusive estrangeiro, para manter ou melhorar sua posição na hierarquia urbana nacional e internacional.

Cesar Maia terá destaque como o prefeito que mais se lançou na prática do factóide, propaganda política de fatos (verdadeiros ou não) com o propósito de gerar deliberadamente um impacto diante da opinião pública, e assim manipulá-la de acordo com as aspirações de seus parceiros. Nunca antes, um governo local tinha utilizado o marketing com tanta força. O slogan "o urbanismo de volta às ruas" refletia essa intenção de mobilizar a opinião pública, gerando uma expectativa permanente que deveria favorecer as realizações urbanas, que por sua vez serviriam como um combustível a mais para a propaganda política.

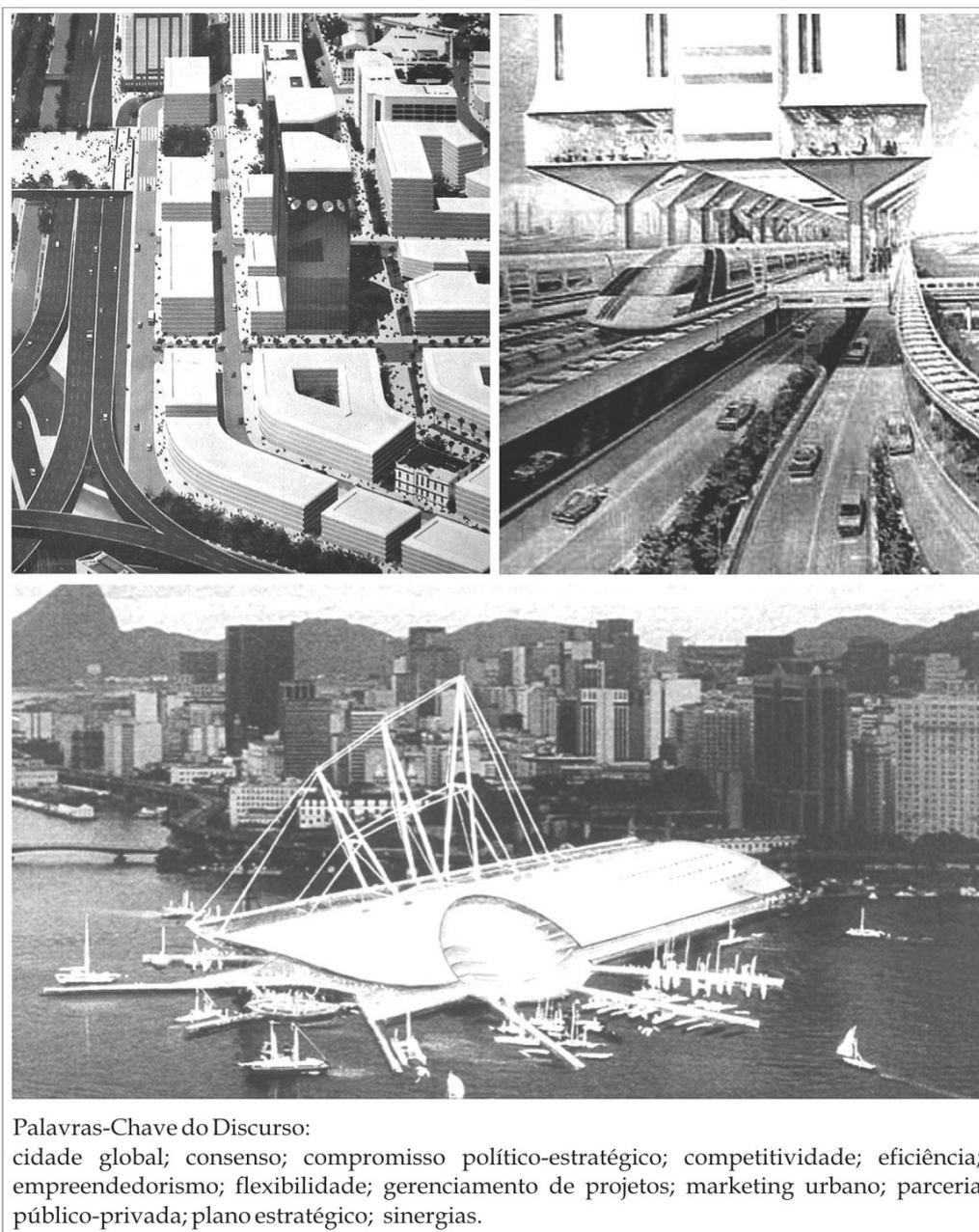


Figura 1 – Imagens do desejo. Da esquerda para a direita: (1) Teleporto; (2) Trem japonês de levitação magnética anunciado para a Barra da Tijuca; (3) Cidade Oceânica, de Jacques Rougerie. Fonte: Jornal O Globo; Jornal do Brasil.

Factóides e projetos físicos realizados constituem-se, lembrando Benjamin, em um novo tipo de fantasmagoria ou, dito de outro modo, algo resultante da soma do lado utópico-emancipatório sob a perspectiva neoliberal com o lado fetichista-alienante da imagética moderna. Nesta adição, a natureza fetichista, arcaica e mítica da mercadoria, retorna com força redobrada, já que o projeto urbano neoliberal ambiciona conceber novos lugares de peregrinação, de modo a renovar os rituais de consumo. O espaço público, neste contexto, torna-se a mercadoria de maior valor porque sintetiza um pressuposto modelo

civilizatório. No espaço público, o espetáculo deve ser esplendoroso, embora quando visto de perto, contenta-se em ser frívolo e apolítico.

De fato, essa espécie de higienismo tardio que repercute no espaço público – dos eixos comerciais às favelas –, demonstra que o fator central (material e ideológico) é a transmutação da legalidade mercantil através de mecanismos que induzem o pensamento lucrativo em detrimento das necessidades sociais, ou em termos técnicos, a supressão da efetividade pela eficiência. O ideário do projeto urbano neoliberal aponta neste caso para a regressão das ações populares reivindicativas e consequente desmobilização política e social.

### **3. O círculo privilegiado, ou os ganhos de posição e de ocupação.**

Arquitetos e urbanistas, adverte Arantes (2000), se incluem no séquito de coadjuvantes das coalizões do neoliberalismo que desempenham o papel de operadores-chave da máquina urbana de crescimento, sua função sendo o comando da criação da cidade-espetáculo. Arquitetos e urbanistas, provoca Stevens (2003), formam um círculo privilegiado, mas não podem ser considerados como um todo homogêneo, pois se diferenciam de acordo com suas localizações no espaço social do campo, um espaço estruturado pela quantidade e tipo de capital material e simbólico disponível e pelos relacionamentos entre eles. Arquitetos e urbanistas, acrescentamos, têm o objetivo comum de transformar o virtual em realidade tangível; eles avançam nesta ação através de acordos específicos que cada operação permite e articula.

No centro de decisão gerencial do urbanismo estratégico encontra-se o arquiteto e professor Luiz Paulo Conde, Secretário Municipal de Urbanismo e principal colaborador do Prefeito de Cesar Maia, e que será ele mesmo prefeito no mandato seguinte. Conde fará uma bem sucedida manobra para reconduzir os arquitetos ao protagonismo da produção urbanística. A abordagem estratégica permitirá o "retorno" jubiloso dos arquitetos aos mecanismos de decisão e de concepção. Essa postura se sustenta no pretexto essencial de se valorizar o projeto (no sentido que lhe dão esses profissionais) para entender o espaço da cidade, principalmente através do desenho.

Com o argumento de que uma cidade em processo de inserção na globalização exigia a presença de especialistas reconhecidos internacionalmente, Conde articula primeiramente a vinda dos catalães Manuel de Forn e Jordi Borja, autores de textos sobre a experiência de Barcelona e teóricos do modelo. Já como prefeito, ele convoca o espanhol Oriol Bohigas e o português Nuno Portas, uma escolha que traz consigo o apelo a um

"retorno às raízes", de modo a reaproximar a cidade com seu passado ibérico<sup>1</sup>. Era preciso adequar a ambição urbanística ao conhecimento dos experts, tanto por sua experiência adicional como pela grife que eles aportam e, sobretudo, pela credibilidade dos projetos, de modo a garantir a confiança dos potenciais investidores.

Para esses consultores – que se expressam em textos acadêmicos, palestras e entrevistas – a complexidade das questões que afetam a cidade e as incertezas geradas pela rapidez das transformações demonstravam as limitações do planejamento tradicional. Eles ensinam que as habilidades de negociação do urbanista serão essenciais para o complexo sistema do urbanismo contemporâneo, pois o antigo planejamento normativo já não era suficiente para resolver o conjunto dos problemas, nem suscitar a adesão de todos.

Eles buscam, assim, difundir uma metodologia para “transformar a cultura do planejamento urbano”, capaz de substituir os métodos autoritários por novas formas de antecipação do futuro (desejado e possível) e definir os meios reais de cumprir seus objetivos. Em síntese, essa proposta de atuação se sustenta em três princípios: dotar os espaços urbanos de valor cênico de modo a recuperar sua plenitude urbana; reunificar a experiência dos produtores do espaço público, melhorando a qualidade das obras públicas; induzir um "urbanismo metastático", que tenha um efeito cascata na iniciativa privada e no ânimo dos cidadãos (Bohigas, 1997; Portas, 1997).

Com programas urbanísticos como o Rio-Cidade e o FavelaBairro, o governo local introduziu tais princípios na prática urbanística, fato que teve várias ramificações. A primeira refere-se à busca de qualidade do projeto técnico, cuja aplicação deveria ser subordinada a um plano executivo abordando todas as variáveis, de modo que os projetos-guia e os projetos complementares (paisagismo, mobiliário urbano, engenharia de tráfego, etc.) fossem suficientemente detalhados, consistentes e compatíveis entre si [sic] (Rio de Janeiro, 1996).

Outro desdobramento foi a descentralização da produção de intervenções físicas de modo a garantir soluções heterogêneas para os diferentes fragmentos urbanos. A opção adotada apoia-se na contratação de agências privadas especializadas para cada projeto fazendo uso de uma “medida democrática”, os concursos públicos. A seleção de mais de uma dezena de escritórios e equipes de arquitetos reverteu-se, naquele momento, em um uníssono apoio ao urbanismo estratégico. Os benefícios oferecidos pela visibilidade e

---

<sup>1</sup> Em junho de 1997, na abertura do seminário "*Da Política da Cidade para o Projeto Urbano*", o prefeito Luiz Paulo Conde questiona as razões pelas quais a cultura brasileira optou, desde o século XIX, pelo enfraquecimento dos laços com a tradição ibérica "...se deixando seduzir por influências modernas, francesas e anglo-americanas".

prestígio possibilitaram aos arquitetos ganhos de posição de classe, isto é, ganhos simbólicos de distinção entre os profissionais do urbano, e também ganhos de ocupação, decorrentes da copiosa oferta de demanda pública por obras urbanas. Como consequência, os valores do espaço social de um círculo privilegiado repercutem fortemente na imagem da cidade.

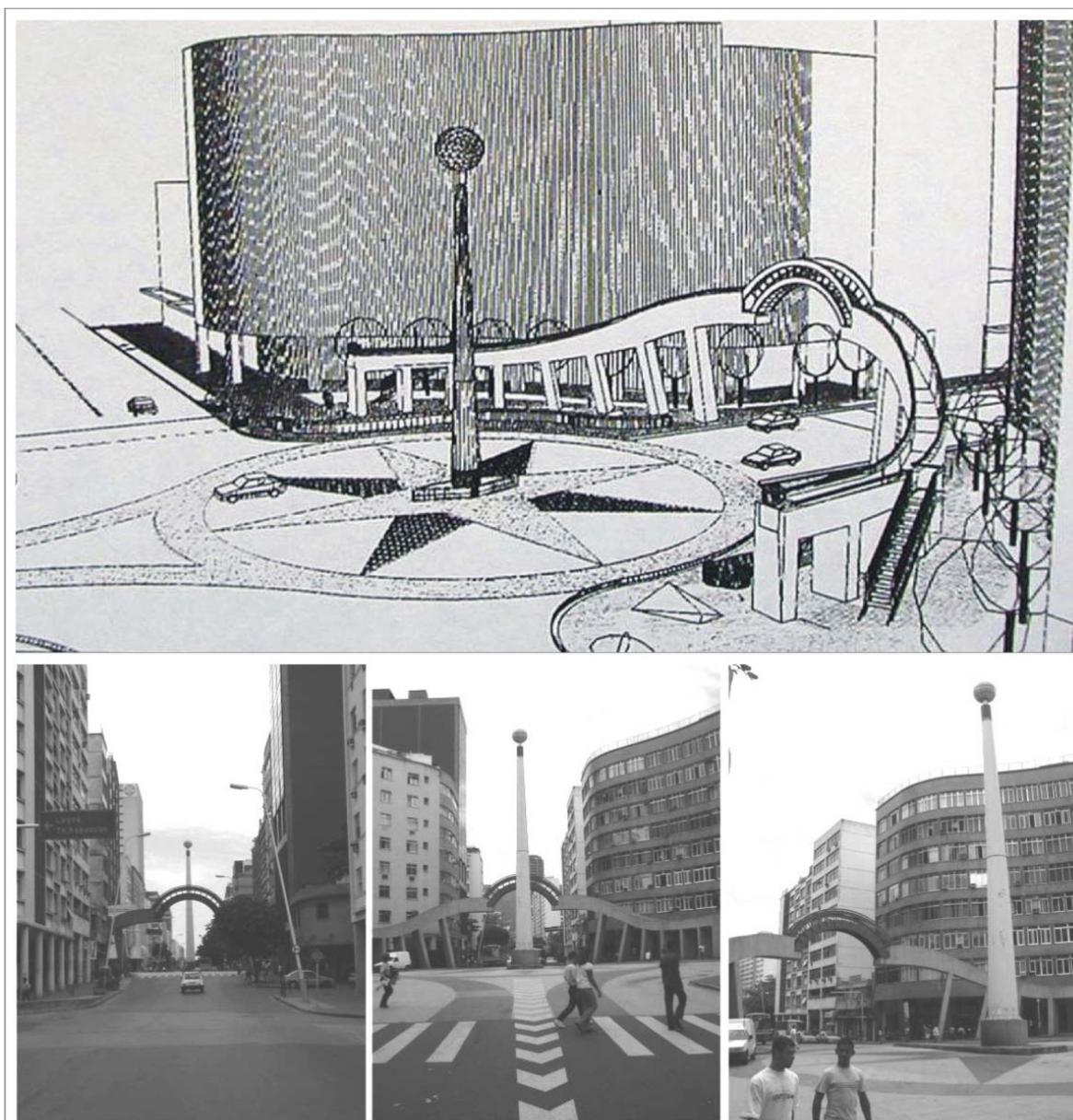
As novas modalidades de concurso para equipes interdisciplinares coordenadas por arquitetos, como o "concurso de metodologias" e o "concurso de ideias", introduziram alguns aspectos inovadores na prática urbanística local. Ao lado da literatura urbanística clássica, eles acrescentam noções e ferramentas metodológicas pós-modernas filiadas a diferentes áreas de conhecimento como a psicologia, psicanálise, antropologia, filosofia, etc. (ver, p.ex., Jáuregui, 1993,1994; Casé, 2000).

Publicamente estimulados a fazer uso de seu potencial criativo, os arquitetos se proclamam contra a esterilidade de planejamento racionalista mal interpretado, recuperando o prestígio do significado atribuído à arte e ao design do espaço público na constituição da vida social na cidade. Para os mais céticos, tal experiência demonstra não mais que uma continuidade entre modernismo e pós-modernismo, cujas realizações apresentam a mesma e paradoxal animação urbana. Enquanto a utopia modernista mergulha na ingenuidade de se imaginar despreendida da "dura verdade de sua funcionalidade sistêmica", as manifestações arquitetônicas no pós-moderno se submetem, legitimam e invocam a "cidade-empresa" (Arantes, 2000). Grave diagnóstico, considerando que neste caso a estetização neoliberal das formas urbanas se reduz à esterilidade da receita "a forma segue a ficção", para lembrar uma reinterpretção do clássico aforismo de Louis Sullivan.

Mas, todo esse esforço em relacionar arte e cidade redundaria tão somente em imagens mercantilizáveis? É preciso lembrar que o exercício do projeto arquitetônico-urbanístico transita entre o conhecimento e a criação. O conhecimento possibilita a criatividade, é sua base indiscutível, mas não suficiente para que um projeto traga em si mesmo um potencial de mudança, como criação. A esfera de decisão projetual (criação) fica no plano interno do indivíduo, mas é influenciado pelo ambiente político-cultural. Preso a uma conjuntura específica, o arquiteto pode ser levado a fazer "combinações inúteis" (Damásio, 1996) em sua tomada de decisão projetual.

A nosso ver, os projetos desse período resultam em imagens que guardam em si um duplo processo de racionalização e diferenciação, sob a justificativa da mutação socioterritorial em curso. A racionalização repousa na aceitação da impossibilidade de se tratar a totalidade urbana como um projeto único e coerente; daí a necessidade de diferenciação estético-arquitetural de modo a expressar a particularidade de cada fragmento

urbano, ou a memória que este traz consigo, para então enfatizar as dimensões simbólicas e cenográficas de acordo com uma concepção historicista de tempo urbano. Trata-se, portanto, de imagens que guardam mais da ideia de uma trajetória espacial do que uma ideia de espaço em relação.



Palavras-Chave do Discurso:

acessibilidade; arquitetura da cidade; cidadania; concurso público; costura; cultura urbana; espaço público; iconicidade; intervenção exemplar; memória; mobiliário urbano; pós-moderno; recomposição urbana; revitalização urbana; sustentabilidade (ambiental e financeira).

Figura 2 – Concurso Público para o Programa RioCidade. Projeto vencedor para o Bairro de Ipanema, do arquiteto Paulo Casé. Esta proposta relaciona a memória de um lugar (o antigo Bar Vinte, ponto final da linha de bonde) à linguagem erudita do classicismo renascentista. Fontes: Rio de Janeiro (1996); fotos do autor.

Acrescentamos, entretanto, que em toda a produção deste período a relação arquitetura-cidade compartimenta e distorce as temporalidades: privilegia-se o tempo da criação, em sua extrema diversidade, e secundariza-se o tempo da negociação, inclusive mercantil; e bem depois se avalia o tempo do usuário. A favor dos arquitetos pode-se alegar que foram realizadas consultas a pessoas diretamente afetadas pelas intervenções, resultando em revisões importantes nos projetos. Mas aqui não se encontra movimentos sociais em ação, apenas manifestações de interesses localizados, em sua maioria de comerciantes e moradores, que apoiavam as iniciativas do governo por acreditar serem os beneficiários diretos das melhorias urbanas.

#### **4. O campo, a academia e o capital intelectual.**

Também na Universidade, a trama do jogo social fraciona o posicionamento dos seus membros. Posições diferenciadas estão de fato presentes e três foram ali identificadas: a dos que atualizam a prescrição teórica do projeto; a daqueles que contestam a prática neoliberal; e a dos que adotam uma posição flutuante em função do processo evolutivo (p.ex., muitos que deram apoio inicial à nova política urbana, passaram a criticar seus desdobramentos). Tais posicionamentos caracterizam os acadêmicos de uma maneira quase individual. A experiência, a filiação corporativista, institucional ou intelectual de fato determinam as aproximações de indivíduo para indivíduo. Além disso, a filiação plural de determinados indivíduos a diferentes categorias, seus laços táticos de amizade e o fenômeno do dar-e-receber, favoreceram igualmente a revisão de posições.

Seguindo o exemplo de Oriol Bohigas em Barcelona, Luiz Paulo Conde articulou o mundo acadêmico – especialmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, da qual era professor licenciado –, para que consolidasse um “estado de situação da cidade”<sup>2</sup>. Por um breve momento, esta convocação inebriou os pesquisadores do urbano, maravilhados com a possibilidade de “serem ouvidos” pelos dirigentes da cidade. Ao longo do processo, entretanto, o que se viu foi uma caudalosa produção de imagens dialéticas consubstanciadas por uma investigação acadêmica que se bifurcará em dois ambientes de pesquisa: em uma sala tomam assento aqueles que investem na reformulação conceitual do

---

<sup>2</sup> Neste caso nota-se: a convocação da Universidade para se fazer representar na comissão de formulação do Plano Estratégico; o convite feito à COPPE-UFRJ para elaborar diagnóstico e soluções de engenharia de transportes; e a contratação dos principais laboratórios de pesquisa urbana e arquitetônica da cidade (IPPUR-UFRJ, FAU-UFRJ, EAU-UFF, IUPERJ, IBAM, CAA-USU) para conduzir uma avaliação da primeira etapa do Programa Favela-Bairro. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFRJ, também receberia financiamentos para promover eventos científicos como o seminário “Cidade e Imaginação”, em 1994, e para a publicação do livro “Favela, um bairro”, em 1996, sobre as propostas vencedoras do concurso de metodologia para intervenção em favelas.

projeto arquitetônico-urbanístico, em resposta aos desafios da cidade contemporânea; na outra sala, adentram aqueles que desenvolvem uma crítica materialista da condição neoliberal do urbanismo e do planejamento urbano.

No primeiro ambiente, o debate parte do pressuposto colapso do urbanismo racionalista e funcionalista inspirado nos ideais do Movimento Moderno, o que tornava urgente colocar em questão os saberes e os instrumentos próprios da prática urbanística tradicional face ao pensamento pós-moderno. As discussões passam a girar em torno do entendimento de que o urbanismo exigia um conhecimento especializado mas interdisciplinar, o que não significava um retorno às declarações de intenção sobre a interdisciplinaridade dos anos 1960; a questão agora é outra e se coloca como uma prática-teórica apta a “costurar” a complexidade, a regenerar o espaço construído em estado de obsolescência, a identificar metodologias mais eficazes para as diferentes modalidades de intervenção, a reconhecer os usuários em toda sua diversidade.

Neste sentido, o processo de concepção do projeto urbano deve se realizar através de uma convergência de ações e de intenções técnicas e particulares, unindo o saber especializado e o saber popular (do senso comum). Para tanto, novas referências conceituais e operatórias são priorizadas, tais como: “memória”, “contexto” e “adequação”. Em seu tempo, o projeto urbano resultaria de uma interação entre os atores que produziriam uma “enunciação coletiva” (INAMA et al, 2000).

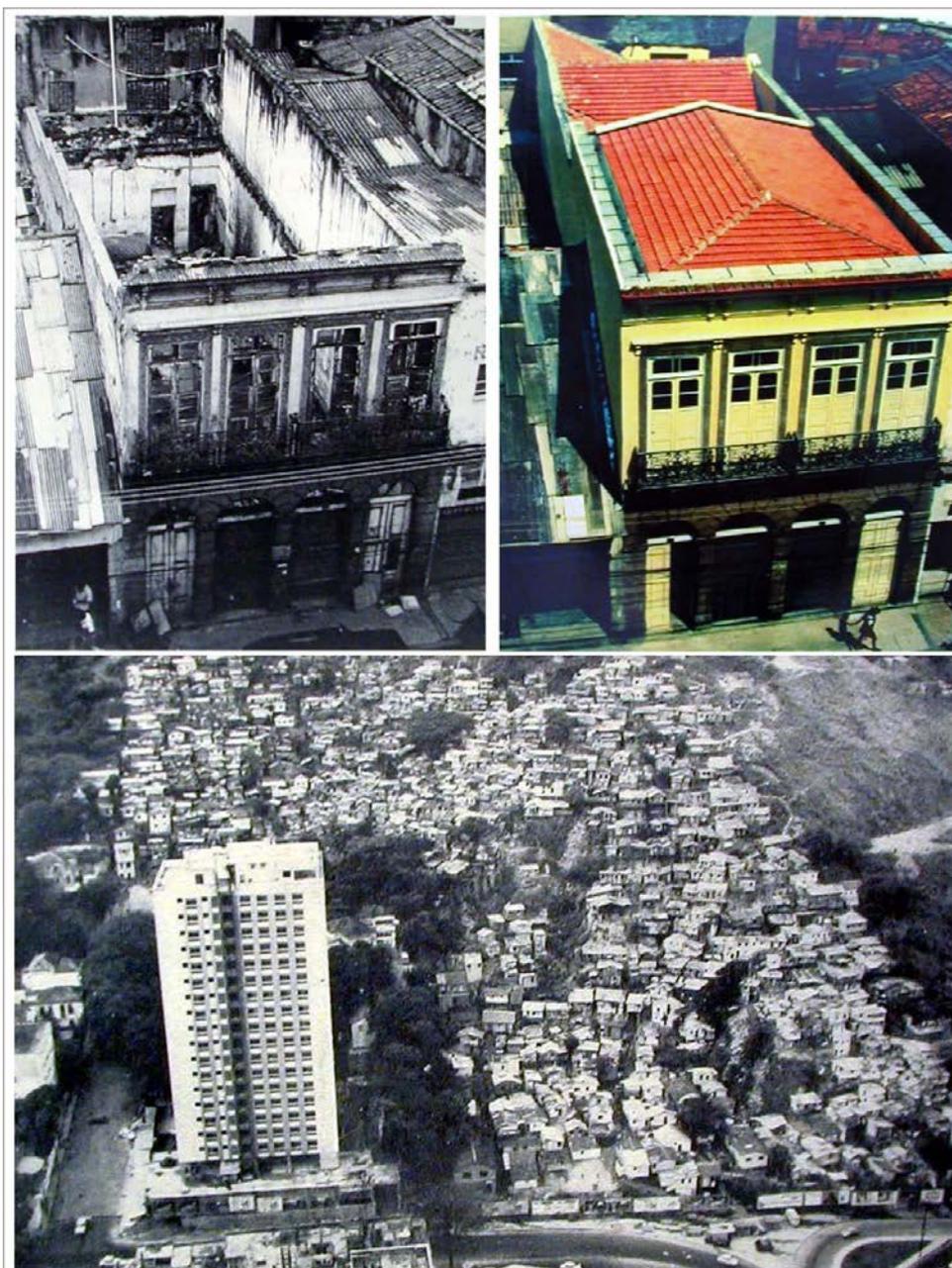
O espaço de criação democrática que se vislumbra em tal perspectiva, no entanto, não significa a mesma coisa de desenho participativo ou manufatura colaborativa, já que experimentações feitas no passado demonstravam as distorções e limitações quanto à operacionalidade dessas noções. Os arquitetos seriam atores do saber especializado com o poder de estruturar o espaço físico, fixando os limites e os instrumentos de interrogação do saber ordinário. Eles ocupam a função de arauto das regras de enunciação, na medida em que naturalizam sua legitimidade de separar aquilo que é pertinente daquilo que não o é, e de direcionar assim a operacionalização de um saber.

No segundo ambiente, especialistas do urbano de diferentes formações resistem a esta mudança de sensibilidade advinda do pós-modernismo, que de resto é visto como instrumentalização ideológica do neoliberalismo em expansão. Para eles, o projeto urbano neoliberal embute uma "ideologia da diversidade" que incorpora as identidades locais, escamoteando os conflitos por uma espécie de “estetização do heterogêneo” e tentando produzir, na cidade desencantada, uma sociabilidade fascinante. O demiurgo planejador se transformou em um decorador pós-moderno (Arantes, 1998).

Seus textos asseguram que as mutações na organização econômica globalizada reforçariam as disparidades socioespaciais, enfraqueceriam os movimentos sociais de “resistência” cívica, e promoveriam um território urbano ao mesmo tempo mais homogêneo e mais fraturado, onde as hierarquias seriam menos graduais e contínuas, criando “segregações dissociadas”. As ações do urbanismo estratégico, vaticinam, deverão reforçar a “cidade partida”, desencadeando novos desequilíbrios regionais e intraurbanos na medida em que reproduzirão as desigualdades entre os espaços bem equipados e os espaços carentes. Em tal contexto, a mídia é considerada como um dispositivo da governabilidade neoliberal, produzindo discursos e enunciados capilares e insidiosos vinculados a essa perspectiva econômica, política e social. As peças publicitárias operariam, essencialmente, no campo cultural como via de circulação e instrumento das relações de poder-saber neoliberais (Vainer, 2000; Sánchez, 2003; Compans, 2005).

Destacamos, todavia, que a maior parte desta produção crítica acadêmica, ignora ou não correlaciona a prática urbanística neoliberal a uma reflexão mais profunda sobre o fato de que nas grandes cidades brasileiras, ao lado da parcialidade da esfera pública e da miséria socioeconômica, acentuam-se a erosão das identidades sociais, a desestabilização acelerada das personalidades, a desconfiança e o desinteresse pelo ideológico e pelo político, traços que convivem e alimentam tanto a corrupção como a violência urbana. Seriam essas as marcas de uma prática neoliberal ou de um estágio do nosso processo civilizatório? A quem responsabilizar pelo aprofundamento da fragmentação individualista do corpo social, redundando no consumismo privado, na retração e atomização dos seres, na esterilização das crenças e dos dogmas comuns? Resposta em aberto, posto que as contradições discursivas pipoquem aqui e acolá, antes confundindo que esclarecendo ao leitor mais atento.

Na interseção dos dois ambientes acadêmicos acima descritos, entrevemos aquilo que se pode chamar de “adequação cerimonial” (Veblen *apud* Santos, 2011), uma expressão que serve para caracterizar todo raciocínio que faz uso dos fatos que corroboram para fins predefinidos, deixando de lado aqueles considerados anormais, marginais, irrelevantes. Postura compreensível, já que na academia a verdade é, em regra, relativizada. Quem sustenta uma posição com convicção corre o risco de ser posto em xeque, e pode ser visto como desagradavelmente autoritário. O melhor a fazer é introduzir no discurso uma hesitação ritual, estilizar uma permanente incerteza semântica. “Ser difuso, cético e ambíguo é de algum modo científico e democrático” (Eagleton, 2010, p.147).



Palavras-Chave dos Discursos:

colagem; complexidade; cidade-mercadoria; cidade-espetáculo; cidade-partida; costura; desenho urbano; fragmentos arquitetônicos; gentrificação; identidade urbanística; morfologia; percepção; projeto urbano; revitalização; gentrificação, segregação; exploração neoliberal.

Figura 3. Imagens dialéticas da discursiva acadêmica. Acima, a “cidade restaurada” – Projeto Novas Alternativas, sobre a requalificação de cortiços. Abaixo, a “cidade partida” – a proximidade física não diminui as diferenças socioeconômicas. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

## 5. Para Concluir: as obras vão durar enquanto não estiverem prontas

A comunidade discursiva que se formou com o advento do urbanismo estratégico, estabeleceu uma comunicação especializada que serviu não apenas para difundir o uso de noções e termos específicos, mas também para modelar a estrutura do discurso e a

adoção de soluções técnicas, de conteúdo e estilo. Esta comunicação se fixa, em larga medida, pela superposição de imagens do desejo e sua inevitável colisão com imagens dialéticas, operando necessariamente com sínteses, seletivas e parciais, que dão relevância a alguns aspectos e omitem outros, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que o constroem e aos objetivos desejados.

A real proximidade discursiva entre políticos, operadores privados, tecnoburocracia municipal, arquitetos e academia, correspondeu, enfim, a um jogo de atores reformulado e reformulador de uma prática urbanística. O principal resultado dessa experiência foi a configuração de um modelo de governança urbana baseado na qualificação do capital geocultural da cidade, e que irá perdurar até os dias atuais. “Descobre-se”, enfim, que a singularidade e particularidade do Rio de Janeiro são qualidades especiais passíveis de monopolização rentista. Aliam-se à paisagem luxuriante e única, o hedonismo, a simpatia e a tolerância característicos dos habitantes, que também se tornam essenciais ao sucesso dos empreendimentos de recuperação econômica.

Este pensamento substanciado nos atributos do lugar conduziu um debate que privilegiou as “estruturas do espaço físico” em detrimento das “estruturas do espaço social”. Os atores lançaram sua atenção às formas construídas, aos espaços produzidos, ao sistema institucional e às hierarquias de poder, considerando-os todos como produtos de uma configuração espacial distinta. Tal inversão, como lembra Bourdieu, faz com que prevaleça a ideia de que seriam as ordens de organização espacial as responsáveis pelos processos de exclusão.

A nosso ver, escapou a esta comunidade discursiva uma articulação mais rigorosa entre as duas estruturas. Houve dificuldade ou indisposição em encontrar algum procedimento capaz de lidar especificamente com a relação entre processo e objeto, sem isso se tornar vítima de uma reificação desnecessária. Esta é a razão, pela qual, durante este período, reduziu-se drasticamente no debate urbanístico a reflexão sobre políticas emancipadoras, como aquela que se convencionou chamar de reforma urbana. Não havia lugar para vasos comunicantes de planejadores e intelectuais alternativos.

## **Bibliografia**

Arantes, O. 1998. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo, Edusp.

Arantes, O. 2000. Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbanas Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. (Org.). *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis, Vozes, 11-73.

- Araújo Filho, V.F. 1993. *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- Ascher, F. 1992. Les ambiguïtés portuaises de la notion de projet urbain. *Annales de la recherche urbaine*, nº51.
- Benjamin, W. 2004. The task of the translator. Benjamin, W. *Selected Writings*, v.1: 1913-1926. Cambridge, Harvard University Press.
- Bohigas, O. 1997. *Da política da cidade ao projeto urbano*. Conferência no Rio de Janeiro.
- Bohigas, O. 1998. Cidade, espaço entre arquiteturas. *Revista AU*, nº78, jun./jul. 76-77.
- Bolle, W. 1994. *Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo, Edusp.
- Bonnewitz, P. 2002. *Pierre Bourdieu: vie, oeuvre, concepts*. Paris, Ellipses.
- Borja, J.; Castells, M. 1997. Planos estratégicos y e proyectos metropolitanos. *Cadernos IPPUR*, ano XI, nº1/2, 207-231.
- Bourdieu, P. 1992. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Compans, R. 1996. A emergência de um novo modelo de urbanismo no Rio de Janeiro: o “urbanismo de resultados”. *Anais do IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro, Prourb-FAU/UFRJ, 215-223.
- Compans, R. 2005. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo, Ed. UNESP.
- Conde, L.P. 1998. O joio do trigo. *Jornal O Globo*, editorial de 09.06.1998.
- Conde, L.P.; Magalhães, S. 2004. *Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Vivercidades.
- Casé, P. 2000. *A cidade desvendada. Reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- Damásio, A. 1996. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Duarte, C.R.; Silva, O.L.; Brasileiro, A. (org.). 1996. *Favela, um bairro. Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo, Pro-Editores.
- Eagleton, T. 2010. *Depois da teoria. Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Farias, J.A. 2003. *De l’Urbanisme Moderniste au Projet Urbain. Pratiques Urbanistiques à Rio de Janeiro (1945-2000)*. Thèse Doctorat déposée à l’Université de Paris 8.
- Ferrara, L.A. 2000. *Os Significados Urbanos*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- Harvey, D. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- Harvey, D. 2004. *Espaços de Esperança*. São Paulo, Ed. Loyola.
- Henry, G. 1992. *Barcelone, dix années d’urbanisme. La renaissance d’une ville*. Paris, Ed. Montier.
- INAMA et SHS-TEST. 2000. Le Projet Urbain : enjeux, expérimentations et professions. *Colloque Les Sciences Humaines et Sociales face au Projet Urbain*. Paris, Editions de La Villette.
- Jáuregui, J.M. 1993. Novos paradigmas para o objeto arquitetônico. *Revista AU*, nº46, fev/mar, 71-72.
- Jáuregui, J.M. 1994. A alternativa pós-contraditória. *Revista AU*, nº53, abr/mai, 93-94.

- Machado, D.B.P.; Vasconcelos, E. (orgs.). 1994. *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro, Prourb/Fau-UFRJ.
- Panerai, P. 1994. O Retorno à Cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. *Revista Projeto*, nº173, 1994, 78-82.
- Portas, N. 1997. *Da política da cidade ao projeto urbano*. Conferência no Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro (Cidade). 1996. *Rio Cidade. O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro, MAUAD.
- Sánchez, F. 2003. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos.
- Sánchez, F. et al. 2004. Produção do sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº 107, jul/dez, 39-56.
- Santos, B.S. 2011. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Conteúdo V.1: A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez.
- Stevens, G. 2003. *O círculo privilegiado. Fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília, Ed. UnB.
- Swales, J.M. 1990. *Genre Analysis. English in academic and research settings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Swales, J.M. 1992. Re-thinking genre: another look at a discourse community effectis. *Re-thinking Genre Colloquium*, Ottawa, Carleton University, mimeo.
- Vainer, C. 2000. Pátria, empresa e mercadoria. In Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 75-104.